**REQUERIMENTO**

Apresento à mesa, ouvindo o Douto Plenário, **REQUERIMENTO**, ao Exmo. Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ LUIS RICI, para que remeta a esta Casa de Leis as seguintes informações:

1. Quais os cargos, empregos ou funções em que foram retirados os adicionais de insalubridade e/ou periculosidade? Favor, enviar discriminação dos servidores que tiveram referidos adicionais cortados nos últimos dois anos.
2. Encaminhar cópia da(o) decisão/ato que determinou a corte do pagamento dos referidos adicionais e a norma legal que deu amparo à(ao) decisão/ato.
3. Enviar os laudos elaborados que embasaram o ato administrativo correspondente aos cortes de adicional de insalubridade e/ou adicional de periculosidade.
4. Enviar cópia **completa** do processo licitatório para contratação da empresa responsável pela elaboração dos laudos correspondentes aos cortes de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade.
5. Há relatório do Tribunal de Contas que apontou irregularidades referentes ao pagamento de adicionais de insalubridade e/ou periculosidade? Caso positivo, enviar tal documento.
6. Discriminar todos os cargos, empregos e funções que permanecem recebendo os adicionais de insalubridade e/ou periculosidade.

**Justificativa**

Fui procurado por servidores do município que reclamaram sobre o corte de seus adicionais de insalubridade ou periculosidade.

Como se sabe, o direito aos aludidos adicionais é assegurado aos servidores que exerçam suas funções com gravames.

Dessa forma, com as informações será possível elucidar de maneira clara aos servidores os motivos determinantes do corte dos adicionais, bem como averiguar se ocorreu alguma ilegalidade neste ato para que, o mais breve possível, sejam restabelecidos os pagamentos.

Assim, este requerimento tem o escopo de trazer maior transparência aos servidores municipais e também para que possamos auxiliar para que sejam sanados eventuais problemas.

Sala das sessões, em 08 de fevereiro de 2018.

**Antônio Marcos Gava Júnior**

**Vereador**